

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que: Aceitem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão

fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e seus anexos.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo VII

CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

Processo Administrativo nº 007/2025.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO - CONISUD, POR INTERMÉDIO DO (A) E

Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo - CONISUD, com sede no(a) na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 202..., publicada no DOU de de, portador da **Matrícula Funcional** nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços a contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de Veículos automotores, ambulâncias, Vans e motocicletas, em atendimento as necessidades dos municípios do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo - CONISUD, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				
2				
3				
...				

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período desde que comprovada a vantajosidade do preço e aceite do contratado.
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e ou condições editalícias, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e ou condições editalícias, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, Termo de Referência e ou condições editalícias.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 07 (sete) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

000141

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.9. 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

000142

- 9.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.22. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;

000143

- d) ensinar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

000144

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itapeverica da Serra, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIAO SUDOESTE DA GRANDE SAO PAULO
ITAPECERICA DA SERRA-SP

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025
Processo Administrativo Nº 007/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: TELMA VIVIANE FELIX
Data de Publicação: 10/09/2025 13:41:06

TOTAL DO PROCESSO: 133.505.400,00			
D + SAUDE VEICULOS ESPECIAIS LTDA		54.977.710/0001-03	13.200.000,00
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 107 Lance: 330.000,00	Total: 13.200.000,00
Item: 1	Unidade: UN	Marca: PEUGEOT	Modelo: EXPERT 2.2 AMBULÂNCIA 0 KM
Descrição: AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO 6M³			
Quantidade: 40	Val. Ref.: 374.990,75	Valor Unit.: 330.000,00	Total Item: 13.200.000,00
BELABRU COM REP LTDA		03.353.258/0001-60	79.581.000,00
LOTE 3	Quant.: 1	Num: 275 Lance: 413.725,00	Total: 16.549.000,00
Item: 1	Unidade: UN	Marca: MERCEDES BENZ	Modelo: SPRINTER
Descrição: AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO 10,5M³			
Quantidade: 40	Val. Ref.: 413.725,00	Valor Unit.: 413.725,00	Total Item: 16.549.000,00
LOTE 4	Quant.: 1	Num: 437 Lance: 637.000,00	Total: 25.480.000,00
Item: 1	Unidade: UN	Marca: MERCEDES BENZ	Modelo: SPRINTER
Descrição: AMBULÂNCIA UTI COM EQUIPAMENTOS 14M³			
Quantidade: 40	Val. Ref.: 640.666,66	Valor Unit.: 637.000,00	Total Item: 25.480.000,00
LOTE 5	Quant.: 1	Num: 907 Lance: 539.900,00	Total: 21.596.000,00
Item: 1	Unidade: UN	Marca: MERCEDES BENZ	Modelo: SPRINTER
Descrição: AMBULÂNCIA UTI SEM EQUIPAMENTOS 14M³			
Quantidade: 40	Val. Ref.: 596.666,67	Valor Unit.: 539.900,00	Total Item: 21.596.000,00
LOTE 6	Quant.: 1	Num: 056 Lance: 398.900,00	Total: 15.956.000,00
Item: 1	Unidade: UN	Marca: TOYOTA	Modelo: HILUX
Descrição: AMBULÂNCIA PICKUP 4 X 4 SIMPLES REMOÇÃO			
Quantidade: 40	Val. Ref.: 403.973,33	Valor Unit.: 398.900,00	Total Item: 15.956.000,00
LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA		40.976.095/0001-06	21.809.600,00
LOTE 7	Quant.: 1	Num: 158 Lance: 107.730,00	Total: 8.618.400,00
Item: 1	Unidade: UN	Marca: CHEVROLET	Modelo: ONIX 1.0
Descrição: VEICULOS HATCH			
Quantidade: 80	Val. Ref.: 120.574,00	Valor Unit.: 107.730,00	Total Item: 8.618.400,00
LOTE 9	Quant.: 1	Num: 225 Lance: 164.890,00	Total: 13.191.200,00
Item: 1	Unidade: UN	Marca: CHEVROLET	Modelo: SPIN 1.8 - 7 LUGARES

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIAO SUDOESTE DA GRANDE SAO PAULO
ITAPECERICA DA SERRA-SP**

Descrição: VEICULOS PARA SETE PASSAGEIROS

Quantidade: 80 Val. Ref.: 164.966,67 **Valor Unit.: 164.890,00** Total Item: 13.191.200,00

TUDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA **14.234.954/0001-73** **11.200.000,00**

LOTE 8 Quant.: 1 Num: 084 Lance: 140.000,00 **Total: 11.200.000,00**

Item: 1 Unidade: UN Marca: CHEVROLET Modelo: ONIX PLUS 1.0 FLEX
MANUAL 2026

Descrição: VEICULOS SEDAN

Quantidade: 80 Val. Ref.: 142.300,00 **Valor Unit.: 140.000,00** Total Item: 11.200.000,00

BRANDAO VEICULOS LTDA **53.641.615/0001-63** **6.396.000,00**

LOTE 10 Quant.: 1 Num: 731 Lance: 159.900,00 **Total: 6.396.000,00**

Item: 1 Unidade: UN Marca: FIAT Modelo: TORO ENDURANCE 1.3
FLEX T270

Descrição: VEICULOS PICK UP CABINE DUPLA

Quantidade: 40 Val. Ref.: 193.301,50 **Valor Unit.: 159.900,00** Total Item: 6.396.000,00

RPS SOLUCOES COMERCIO SERVICOS E TRANSPORTES LTDA **29.997.833/0001-50** **1.318.800,00**

LOTE 11 Quant.: 1 Num: 434 Lance: 10.990,00 **Total: 1.318.800,00**

Item: 1 Unidade: UN Marca: GROOVE Modelo: E - HYPE

Descrição: VEÍCULOS DE DUAS RODAS COM PROPULSÃO HUMANA COM ASSISTÊNCIA ELÉTRICA

Quantidade: 120 Val. Ref.: 17.800,00 **Valor Unit.: 10.990,00** Total Item: 1.318.800,00

PREGOEIRO: TELMA VIVIANE FELIX

APOIO FRANCISCO IDERVAL TEIXEIRA JUNIOR

APOIO ESTELA DE FATIMA FERNANDES MARQUES

000149

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO: CONISUD – Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo

PROCESSO Nº: 07/2025

EMENTA: ANÁLISE JURÍDICA. PROCESSO LICITATÓRIO. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de veículos automotores para atender as demandas dos municípios do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD, de acordo com os quantitativos estimados no Termo de Referência em conformidade com as disposições do Edital nº 06/2025 e respectivos anexos.

EXAME DA LEGALIDADE DAS MINUTAS DE EDITAL E CONTRATO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021.

1. RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do processo administrativo em epígrafe, que visa o Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de veículos automotores e motocicletas para atender as demandas dos Municípios do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD, por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM tendo em vista o melhor interesse da Administração.

800150
325
J.

O processo foi instruído com os seguintes documentos essenciais:

1. Documento de Formalização da Demanda (fls. 02/08);
2. Autorização (fls. 10);
3. Estudo Técnico Preliminar (fls. 119/180);
4. Termo de Referência (fls. 181/226);
5. Minuta do Edital (fls. 235/253);
6. Minuta do Contrato (fls. 316/324);

É o breve relatório. Passa-se à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente parecer tem por finalidade analisar a legalidade e a regularidade dos atos preparatórios para a licitação em tela, em especial as minutas do Edital e do Contrato, à luz da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

2.1. Da Competência e da Justificativa

A solicitação atende ao Estatuto do CONISUD, que em seu art. 3º Estabelece como finalidade do consórcio:

Art. 3º - São finalidades gerais do CONISUD:

- III. Promover formas articuladas de planejamento ou desenvolvimento regional, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos, execução, fiscalização e controle de atividades que interfiram, na área compreendida no território dos Municípios consorciados, entre outras;

000151

326

Além disso, o Estatuto do CONISUD, em seu artigo 5º, inciso I, prevê a possibilidade de firmar convênios e contratos para desenvolvimento de suas atividades.

A Lei Federal nº 11.107/2005, que regulamenta os consórcios públicos, dispõe que:

Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação consorciados, respeitados os limites constitucionais.

§1º Para alcançar seus objetivos, o consórcio público poderá:

I – firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, bem como receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais.

A aquisição de veículos diversos é essencial para garantir a infraestrutura adequada nas Unidades de Saúde e Administrativas dos Municípios Consorciados. A demanda por esses tipos de veículos é contínua, principalmente nos casos de ambulâncias, onde as mesmas precisam trabalhar continuamente.

Podemos ressaltar ainda que o presente pregão se apresenta como solução mais viável para o atendimento da demanda dos municípios consorciados, tendo em vista que a ATA atende a demanda de compra de veículos necessários ao atendimento prioritário da população, valendo destacar que se trata de serviço classificado como comuns que possuem padrões de qualidade e podem ser objetivamente definidos pelo Edital, com especificações reconhecidas e usuais no mercado.

2.2. Da Modalidade e do Critério de Julgamento

A modalidade de licitação escolhida, Pregão Eletrônico garante a ampla participação de fornecedores na licitação, nos termos da legislação vigente,

000152

327

garantido a economicidade e melhor proposta, o critério de julgamento adotado sendo a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, e o critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, encontram amparo no artigo 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021, mostrando-se adequados ao objeto licitado.

2.3. Da Análise da Minuta do Edital

A minuta do Edital (fls. 235/253) foi analisada em seus principais aspectos, verificando-se que está estruturado de acordo com a Lei 14.133/2021, com as regras de julgamento, habilitação, sanções, impugnações e ata de registro de preços que seguem a sistemática da legal, com previsão de consulta obrigatória aos cadastros e tratamento diferenciado para ME e EPPs, de acordo como que determina a Lei de licitações.

Todavia, embora seja possível a exigência da garantia de proposta de 1% (um por cento), nos termos do art. 58, § 1º da Lei 14.133/2021, sugiro uma justificativa formal para evitar interpretação de restrição indevida à ampla participação.

2.4. Da Análise da Minuta do Contrato

A minuta do Contrato (fls. 316/324) contempla as cláusulas essenciais exigidas pelo art. 92 da Lei nº 14.133/2021, como objeto bem definido, regime de execução, preço, prazos de execução.

2.5. Da Regularidade da Instrução Processual

O processo encontra-se instruído com os documentos necessários para esta fase, em conformidade com o art. 18 e seguintes da Nova Lei de Licitações.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e considerando a análise dos documentos que instruem o presente processo, esta Assessoria Jurídica opina **Pela Aprovação com a**

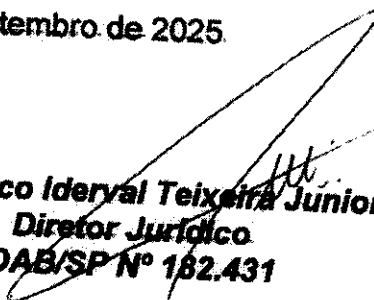
000153

328
D

ressalva de incluir uma justificativa formal para a exigência da garantia de proposta de 1% (um por cento), nos termos do art. 58, §1º, da Lei 14.133/2021.

Este é o parecer.

Itapeverica da Serra, 08 de setembro de 2025.


Francisco Iderval Teixeira Junior
Diretor Jurídico
OAB/SP Nº 182.431

000154

329
M

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIAO SUDOESTE DA GRANDE SAO PAULO
ITAPECERICA DA SERRA-SP

ATA DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025
Processo Administrativo Nº 007/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: TELMA VIVIANE FELIX
Data de Publicação: 10/09/2025 13:41:06

LOTE 2 - ADJUDICADO - 16/10/2025 15:16:42
AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO 6M³

Item: 1 Unidade: UN Marca: PEUGEOT Modelo: EXPERT 2.2 AMBULÂNCIA 0 KM
Descrição: AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO 6M³
Quantidade: 40 Valor Unit.: 330.000,00
Valor Total: 13.200.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 D + SAUDE VEICULOS ESPECIAIS LTDA	107	54.977.710/0001-03	374.900,00	330.000,00		Sim
2 BELABRU COM REP LTDA	632	03.353.258/0001-60	374.900,00	342.800,00	3,88	Não
3 NIPOTE SERVICOS DE LOCACAO DE	483	58.560.448/0001-40	374.000,00	360.000,00	5,02	Sim
4 TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	381	16.850.663/0002-16	374.990,00	374.990,00	4,18	Não
5 DGR COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS	558	13.457.330/0001-52	374.990,75	374.990,75	0,00	Sim
6 MOBILE AUTOMOVEIS E SERVIÇOS	912	32.951.008/0001-20	374.990,75	374.990,75	0,00	Não

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
TAUROS VEICULOS LTDA	035	61.653.005/0001-08	374.000,00	284.900,00		Sim
SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS	345	29.987.662/0001-89	374.000,00	285.000,00	0,0351	Não
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	116	52.359.927/0001-16	374.990,00	312.000,00	9,4737	Sim

LOTE 3 - ADJUDICADO - 16/10/2025 15:16:42
AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO 10,5M³

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: MERCEDES BENZ Modelo: SPRINTER
Descrição: AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO 10,5M³
Quantidade: 40 Valor Unit.: 413.725,00
Valor Total: 16.549.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 BELABRU COM REP LTDA	275	03.353.258/0001-60	490.000,00	413.725,00		Não

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
TAUROS VEICULOS LTDA	801	61.653.005/0001-08	413.000,00	308.500,00		Sim
ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	071	52.359.927/0001-16	413.725,00	405.000,00	30,8562	Sim

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIAO SUDOESTE DA GRANDE SAO PAULO
ITAPECERICA DA SERRA-SP**

MOBILE AUTOMOVEIS E SERVIÇOS	307	32.951.008/0001-20	413.725,00	413.725,00	2,1543	Não
INABILITADOS						
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
NIPOTE SERVICOS DE LOCACAO DE	675	58.560.448/0001-40	413.000,00	409.000,00		Sim
SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS	317	29.987.662/0001-89	413.000,00	413.000,00	0,9780	Não
DGR COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS	560	13.457.330/0001-52	413.725,00	413.725,00	0,1755	Sim
TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	499	16.850.663/0002-16	413.725,00	413.725,00	0,0000	Não

**LOTE 4 - ADJUDICADO - 16/10/2025 15:16:43
AMBULÂNCIA UTI COM EQUIPAMENTOS 14M³**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: MERCEDES BENZ	Modelo: SPRINTER
Descrição: AMBULÂNCIA UTI COM EQUIPAMENTOS 14M³			
Quantidade: 40	Valor Unit.: 637.000,00		Valor Total: 25.480.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 BELABRU COM REP LTDA	437	03.353.258/0001-60	640.000,00	637.000,00		Não
2 ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	416	52.359.927/0001-16	640.666,00	640.666,00	0,58	Sim
3 TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	581	16.850.663/0002-16	640.666,00	640.666,00	0,00	Não

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
DGR COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS	495	13.457.330/0001-52	640.666,66	338.950,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS	601	29.987.662/0001-89	640.000,00	602.000,00		Não
NIPOTE SERVICOS DE LOCACAO DE	011	58.560.448/0001-40	650.000,00	630.000,00	4,6512	Sim

**LOTE 5 - ADJUDICADO - 16/10/2025 15:16:43
AMBULÂNCIA UTI SEM EQUIPAMENTOS 14M³**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: MERCEDES BENZ	Modelo: SPRINTER
Descrição: AMBULÂNCIA UTI SEM EQUIPAMENTOS 14M³			
Quantidade: 40	Valor Unit.: 539.900,00		Valor Total: 21.596.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 BELABRU COM REP LTDA	907	03.353.258/0001-60	596.000,00	539.900,00		Não
2 NIPOTE SERVICOS DE LOCACAO DE	638	58.560.448/0001-40	600.000,00	540.000,00	0,02	Sim
3 ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA	942	52.359.927/0001-16	596.660,00	575.000,00	6,48	Sim
4 TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	693	16.850.663/0002-16	596.666,00	596.666,00	3,77	Não

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
DGR COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS	272	13.457.330/0001-52	596.666,67	539.500,00		Sim

INABILITADOS

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIAO SUDESTE DA GRANDE SAO PAULO
ITAPECERICA DA SERRA-SP**

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS	641 29.987.862/0001-89	598.000,00	510.000,00		Não

**LOTE 6 - ADJUDICADO - 16/10/2025 15:16:43
AMBULÂNCIA PICKUP 4 X 4 SIMPLES REMOÇÃO**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: TOYOTA	Modelo: HILUX
Descrição: AMBULÂNCIA PICKUP 4 X 4 SIMPLES REMOÇÃO			
Quantidade: 40	Valor Unit.: 398.900,00		Valor Total: 15.956.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
BELABRU COM REP LTDA	056 03.353.258/0001-60	450.000,00	398.900,00		Não
2 TAUROS VEICULOS LTDA	798 81.853.005/0001-08	403.000,00	403.000,00	1,03	Sim
3 NIPOTE SERVICOS DE LOCACAO DE	116 58.580.448/0001-40	430.000,00	430.000,00	6,70	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	---------------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
TUDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	160 14.234.954/0001-73	400.000,00	379.000,00		Não
DGR COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS	325 13.457.330/0001-52	403.973,33	379.000,01	0,0000	Sim
LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO	108 40.976.095/0001-06	403.973,00	379.040,00	0,0106	Não
SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA	509 50.238.039/0001-10	403.970,00	398.700,00	5,1868	Não

**LOTE 7 - ADJUDICADO - 16/10/2025 15:16:43
VEICULOS HATCH**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: CHEVROLET	Modelo: ONIX 1.0
Descrição: VEICULOS HATCH			
Quantidade: 80	Valor Unit.: 107.730,00		Valor Total: 8.618.400,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO	158 40.976.095/0001-06	120.574,00	107.730,00		Não
2 TUDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	644 14.234.954/0001-73	120.000,00	107.830,00	0,09	Não
3 BRANDAO VEICULOS LTDA	392 53.641.615/0001-63	120.574,00	115.000,00	6,65	Não
4 SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA	619 50.238.039/0001-10	120.570,00	115.400,00	0,35	Não
5 DGR COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS	060 13.457.330/0001-52	130.000,00	130.000,00	12,85	Sim
6 BELABRU COM REP LTDA	115 03.353.258/0001-60	190.000,00	190.000,00	46,15	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	---------------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
NIPOTE SERVICOS DE LOCACAO DE	638 58.580.448/0001-40	1.210.000,00	107.000,00		Sim

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIAO SUDOESTE DA GRANDE SAO PAULO
ITAPECERICA DA SERRA-SP

LOTE 8 - ADJUDICADO - 16/10/2025 15:16:43
VEICULOS SEDAN

Item: 1	Unidade: UN	Marca: CHEVROLET	Modelo: ONIX PLUS 1.0 FLEX MANUAL 2026
Descrição: VEICULOS SEDAN	Quantidade: 80	Valor Unit.: 140.000,00	Valor Total: 11.200.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 TUDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	084	14.234.954/0001-73	140.000,00	140.000,00		Não
2 LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO	858	40.976.095/0001-06	142.300,00	141.340,00	0,96	Não
3 SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA	784	50.238.039/0001-10	142.300,00	141.350,00	0,01	Não
4 DGR COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS	848	13.457.330/0001-52	142.300,00	142.300,00	0,67	Sim
5 BELABRU COM REP LTDA	482	03.353.258/0001-60	195.000,00	195.000,00	37,03	Não

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
NIPOTE SERVICOS DE LOCAÇÃO DE	881	58.560.448/0001-40	145.000,00	139.000,00		Sim

LOTE 9 - ADJUDICADO - 16/10/2025 15:16:43
VEICULOS PARA SETE PASSAGEIROS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: CHEVROLET	Modelo: SPIN 1.8 - 7 LUGARES
Descrição: VEICULOS PARA SETE PASSAGEIROS	Quantidade: 80	Valor Unit.: 164.890,00	Valor Total: 13.191.200,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO	225	40.976.095/0001-06	164.960,00	164.890,00		Não
2 SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA	847	50.238.039/0001-10	164.966,00	164.899,00	0,01	Não
3 TUDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	943	14.234.954/0001-73	164.900,00	164.900,00	0,00	Não
4 BRANDAO VEICULOS LTDA	941	53.641.615/0001-63	164.966,67	164.966,67	0,04	Não
5 NIPOTE SERVICOS DE LOCAÇÃO DE	732	58.560.448/0001-40	165.000,00	165.000,00	0,02	Sim
6 DGR COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS	458	13.457.330/0001-52	170.000,00	170.000,00	3,03	Sim
7 BELABRU COM REP LTDA	716	03.353.258/0001-60	198.000,00	198.000,00	16,47	Não

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

LOTE 10 - ADJUDICADO - 16/10/2025 15:16:43
VEICULOS PICK UP CABINE DUPLA

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIAO SUDOESTE DA GRANDE SAO PAULO
ITAPECERICA DA SERRA-SP**

Item: 1 Unidade: UN Marca: FIAT Modelo: TORO ENDURANCE 1.3 FLEX T270
 Descrição: VEICULOS PICK UP CABINE DUPLA
 Quantidade: 40 Valor Unit.: 159.900,00 Valor Total: 6.396.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 BRANDAO VEICULOS LTDA	731	53.641.615/0001-63	193.301,50	159.900,00		Não
2 SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA	202	50.238.039/0001-10	193.300,00	160.000,00	0,06	Não
3 LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO	724	40.976.095/0001-06	193.301,00	166.091,00	3,81	Não
4 RODA BRASIL REPRESENTAÇÕES	165	15.332.890/0001-06	193.300,00	171.500,00	3,26	Não
5 D + SAUDE VEICULOS ESPECIAIS LTDA	854	54.977.710/0001-03	210.000,00	175.000,00	2,04	Sim
6 DGR COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS	019	13.457.330/0001-52	193.301,50	189.999,99	8,67	Sim
7 TUDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	573	14.234.954/0001-73	193.000,00	193.000,00	1,58	Não
8 BELABRU COM REP LTDA	858	03.353.258/0001-60	290.000,00	270.000,00	39,90	Não

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
NIPOTE SERVICOS DE LOCACAO DE	138	58.560.448/0001-40	190.000,00	159.000,00		Sim

**LOTE 11 - ADJUDICADO - 16/10/2025 15:16:43
VEÍCULOS DE DUAS RODAS COM PROPULSÃO HUMANA COM ASSISTÊNCIA ELÉTRICA**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: GROOVE Modelo: E - HYPE
 Descrição: VEÍCULOS DE DUAS RODAS COM PROPULSÃO HUMANA COM ASSISTÊNCIA ELÉTRICA
 Quantidade: 120 Valor Unit.: 10.990,00 Valor Total: 1.318.800,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
RPS SOLUCOES COMERCIO SERVICOS	434	29.997.833/0001-50	17.800,00	10.990,00		Sim
2 BELABRU COM REP LTDA	965	03.353.258/0001-60	19.200,00	12.500,00	13,74	Não
3 NIPOTE SERVICOS DE LOCACAO DE	962	58.560.448/0001-40	22.000,00	22.000,00	76,00	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

000153

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIAO SUDOESTE DA GRANDE SAO PAULO
ITAPECERICA DA SERRA-SP



PREGOEIRO TELMA VIVIANE FELIX

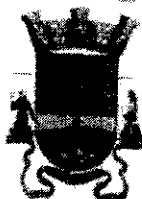


APOIO FRANCISCO IDERVAL TEIXEIRA JUNIOR



APOIO ESTELA DE FATIMA FERNANDES MARQUES

LEI COMPLEMENTAR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 - Centro - CEP 06850-040 - Fone: 4668-9000

6	LOUÇAS E ALUMÍNIOS	
A	Barraca de até 2,00 m ²	0,26
B	Barraca de 2,00 m ² até 4,00 m ²	0,44
C	Barraca de 4,01 m ² até 12m ²	0,66
D	Barraca de 12, 01 m ² até 20m ²	0,92
E	Barraca acima de 20, 01 m ²	1,23
7	ROUPAS, CALÇADOS E MIUDEZAS EM GERAL	
A	Barraca de até 2,00 m ²	0,26
B	Barraca de 2,00 m ² até 4,00 m ²	0,44
C	Barraca de 4,01 m ² até 12m ²	0,66
D	Barraca de 12, 01 m ² até 20m ²	0,92
E	Barraca acima de 20, 01 m ²	1,23

CONISUD

conisud

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO

O Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo, por intermédio da Pregoeira designada, torna público, para conhecimento dos interessados que, na data, horários e local abaixo indicados, será realizado pregão de processo licitatório para registro de preços, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, na plataforma eletrônica BLL.

Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais **AQUIZIÇÕES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES** para atender as demandas dos municípios integrantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO - CONISUD, de acordo com as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos.

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS/HABILITAÇÃO: 10/09/2025 às 17:00 hrs

FIN DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 23/09/2025 às 08:59 hrs

INÍCIO DA DISPUTA: 23/09/2025 às 09:00 hrs

LOCAIS DE PUBLICAÇÃO

Diário Oficial do Município de Itapeverica da Serra/SP

Site CONISUD: <https://conisud.sp.gov.br/>

Página de divulgação Boletim de Licitações e Leilões - BLL: <https://bll.sp.gov.br/>

PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas

FOLHA DO PIRAJUARA

Itapeverica da Serra/SP, 10 de setembro de 2025.

conisud

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO

ERRATA DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO R.P. Nº 003/2025

O CONISUD - Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo torna público para conhecimento dos interessados **ERRATA** ao edital de Pregão Eletrônico R.P. nº 003/2025, referente ao item 3.3 da Minuta da Ata de Registro de Preços onde se lê O desconto incidirá sobre os preços máximos ao consumidor (PMC), nos termos da legislação regulatória. **leia-se:** O desconto incidirá sobre o preço fábrica e ou preço máximo venda ao governo (PF/PMVG) nos termos da legislação regulatória.

Itapeverica da Serra, 10 de setembro de 2025.

Julien Gurniel
Secretário Executivo

Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo

000162

420

m.

120

TERMO DE ADESAO



TERMO DE ADESAO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO FIRMADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO - CONISUD E O INSTITUTO DE GESTÃO BRASIL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEACERICA DA SERRA, Estado de São Paulo, com sede na Av. Eduardo Roberto Daher nº 1135 - Centro, Itapeacérica da Serra - SP, CEP 06850-040, CNPJ nº 46.523.130/0001-00, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Ramon Pires Corsini, Prefeito Municipal de Itapeacérica da Serra, ADERE ao ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2025, firmado em 31 de março de 2025 entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO - CONISUD, estabelecido na Rua Minas Gerais, 58 - Parque Porcelana - Itapeacérica da Serra - SP - Povo Supervisor - CEP 06850-310, CNPJ nº 05.031.043/0001-58, representado pelo Presidente Sr. Felipe Geferson Seme Amed, doravante denominado CONISUD, e o INSTITUTO GESTÃO BRASIL, localizado na R. Alice Alem Saad, 356 - Sala 503, Nova Riberânia, Riberião Preto - SP, inscrito no CNPJ sob o nº 21.863.955/0001-07, entidade de direito privado sem fins lucrativos, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por José Carlos de Farias, Cavado, inscrito no CPF sob o nº 552.481.599-49, doravante denominado IGB, para cessão de uso do SISTEMA PGRS DIGITAL/SGRS para identificação dos grandes geradores de resíduos fazendo a separação dos resíduos e a separação dos resíduos, mediante as seguintes cláusulas e condições especificadas abaixo:

1 - DO OBJETO

Cláusula Primeira: O presente Termo de Adesão tem por finalidade normatizar o uso dos sistemas oferecidos pelo IGB de acordo com seu estatuto, artigo 3º, inciso X, que tem por objeto a cessão dos direitos de uso, manutenção, desenvolvimento da funcionalidade, suporte técnico, parametrização, implantação e treinamento sem ônus para o município, do Módulo de Gestão Pública do Sistema PGRS Digital/SGRS, para recepção, análise, tramitação, aprovação, fiscalização e identificação dos grandes geradores de resíduos, transportadores e destinatários, gestão de resíduos e acompanhamento da logística reversa.

2 - DA EXECUÇÃO DO TERMO DE ADESAO

Cláusula Segunda: A execução dos serviços relacionados à cessão de direitos de uso, manutenção, implantação e suporte técnico-operacional será realizada pelo IGB, nos termos e condições técnicas estabelecidas no Projeto Básico, que integra o presente Termo de Adesão como anexo indelével.

3 - DAS OBRIGAÇÕES

3.1 Cláusula Terceira - Obrigações dos Municípios Consorciados

- I - Indicar formalmente um gestor da parceria, servidor público responsável pelo acompanhamento e execução das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, nos termos do art. 2º, inciso VI, e do art. 50 da Lei nº 13.019/2014, bem como do art. 53 do Decreto nº 8.726/2016;
- II - Disponibilizar todos os documentos necessários à implantação e operacionalização dos sistemas;
- III - Enviar lista com os nomes, cargos, funções, telefones e e-mails dos técnicos responsáveis informando suas respectivas secretarias ou departamentos;
- IV - Participar dos treinamentos ofertados via web (sua virtual de conteúdos), caso solicitado a presença física de técnico do IGB para capacitação in loco, as despesas com transporte a presença física de técnico do IGB para capacitação in loco, as despesas com transporte



- V - Hospedagem, alimentação e deslocamento local serão de responsabilidade exclusiva do Município;
- VI - Disponibilizar em seu site oficial o link de acesso ao sistema;
- VII - Cumprir o disposto no art. 58 do Decreto nº 10.938/2022, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, quanto à obrigatoriedade de apresentação do PGRS por meios eletrônicos por todos os grandes geradores;
- VIII - Instalar, mediante portaria, resolução ou decreto municipal, a adoção do PGRS Digital - Módulo de Gestão Pública como sistema oficial de recepção eletrônica dos PGRS;
- IX - Cumprir o art. 63 do Decreto nº 10.938/2022, quanto à definição de grandes geradores nos Municípios, desprovidos da legislação específica, adotando-se, nesse caso, o limite de 200 toneladas de resíduos sólidos urbanos para fins de exigência do PGRS, conforme previsto no referido Decreto. Nos Municípios com legislação própria, prevalecerão as disposições locais;
- X - Publicar oficialmente o presente Termo de Adesão;

3.2 Cláusula Quarta - Obrigações do IGB

- I - Acompanhar e orientar a implantação do sistema e o treinamento dos servidores;
- II - Realizar a parametrização das funcionalidades do sistema de acordo com a legislação municipal, estadual e federal;
- III - Prestar suporte técnico aos usuários quanto a aspectos operacionais, por telefone ou e-mail, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados;
- IV - Manter o sistema hospedado em data center com disponibilidade contínua (24 horas por dia, 7 dias por semana);
- V - Garantir que os dados coletados sejam de propriedade do Município de Itapeacérica da Serra, devendo, em caso de não renovação ou rescisão do acordo, o banco de dados ser integralmente disponibilizado ao Município;
- VI - Realizar backup diário dos dados do sistema e disponibilizá-los ao Município de Itapeacérica da Serra;

4 - DO PLANO DE TRABALHO

Cláusula Quinta: O Plano de Trabalho consistirá parte integrante e inseparável do presente Termo de Adesão, funcionando como diretriz orientadora para a consecução dos objetivos pactuados. A observância das etapas previstas é condição essencial para o efeito da parceria, sendo responsabilidade dos participantes zelar pelo fiel cumprimento das metas estabelecidas.

5 - DO PRAZO

Cláusula Sexta: O presente Termo de Adesão terá vigência de 06 (seis) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser renovado automaticamente, caso não haja manifestação contrária por qualquer das partes, observada a legislação vigente.

6 - DA ALTERAÇÃO DO TERMO DE ADESAO

Cláusula Sétima: Toda e qualquer alteração ou acréscimo aos direitos e/ou obrigações pactuados neste Termo somente poderá ser efetivada mediante mútuo acordo entre as partes, formulado por meio de Termo Aditivo específico, que passará a integrar o presente instrumento para todos os fins legais.

7 - DA RESCISÃO OU DENÚNCIA

Cláusula Oitava: O presente Termo poderá ser rescindido por qualquer das partes, em caso de descumprimento de suas cláusulas, desaprovação e/ou inadimplência, por mútuo consentimento ou em virtude de imposição legal que inviabilize sua execução. Parágrafo único: Em caso de rescisão, o IGB compromete-se a entregar ao CONISUD e aos Municípios Consorciados todos os dados de sistema referidos na Cláusula Primeira, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

8 - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula Nona: As partes declaram expressamente que o presente instrumento não estabelece vínculo empregatício entre o Município e o CONISUD, mantendo relação de subordinação ou exclusividade, sendo cada parte responsável pelos encargos e contribuições de seu próprio pessoal.

9 - DO COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

Cláusula Décima: Fica vedado às partes, seus prepostos ou colaboradores, oferecer, prometer, conceder, aceitar ou receber, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, vantagem ou benefício indevido, de qualquer natureza, relacionado ao objeto deste instrumento, devendo observar rigorosamente os princípios de ética e da legalidade.

10 - DOS CASOS OMISSOS

Cláusula Décima: Os casos omissos e as situações não previstas neste Termo de Adesão serão interpretados e solucionados com base na legislação vigente aplicável, nos princípios da administração pública, nas normas técnicas relativas ao objeto pactuado e na boa-fé entre as partes, devendo ser observados os fins públicos que justificam a presente cooperação.

11 - DO FORO

Cláusula Décima Primeira: Para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste Termo de Adesão, as partes elegem o foro da Comarca de Itapeacérica da Serra - SP, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente TERMO DE ADESAO em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Itapeacérica da Serra, 31 de março de 2025.

Ramon Pires Corsini
Prefeito Municipal de Itapeacérica da Serra

CONISUD



Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo - CONISUD
"AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO R.P. nº 008/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO 007/2025 - TIPO: MENOR LANCE POR ITEM" ADJUDICA O OBJETO que visa o "Registro de Preços" para AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO - CONISUD, de acordo com Termo de Referência e demais disposições constantes do edital e dos respectivos anexos. HOMOLOGO, para Empresa D+ SAÚDE VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA CNPJ: 04.977.718/0001-03, LOTE 02 - AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO 06M valor total R\$ 13.200.000,00 (Treze milhões e duzentos mil reais) Empresa BELABRU COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, LOTES 03, 04, 05 E 06 - AMBULÂNCIAS SIMPLES REMOÇÃO 10,5M, valor total dos lotes R\$ 79.581.000,00 (Setenta e nove milhões e quinhentos e oitenta e um mil reais); Empresa LOUREIRO E FIGUEIREDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 46.876.988/0001-06, LOTES 07 e 08 - VEÍCULOS HATCH E VEÍCULOS PARA 07 PASSAGEIROS, valor total dos lotes R\$ 6.816.400,00 (Oito milhões e seiscientos e dez mil e quatrocentos reais); Empresa TUDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA CNPJ: 14.234.954/0001-73, LOTE 09 - VEÍCULOS SEDAN, valor total R\$ 11.200.000,00 (Onze milhões e duzentos mil reais); Empresa BRANDÃO VEÍCULOS LTDA CNPJ: 53.041.618/0001-63, LOTE 10 - VEÍCULO PICK UP CABINE DUPLA valor total R\$ 6.398.000,00 (Seis milhões e trezentos e noventa e oito mil reais); Empresa RPS SOLUÇÕES COMÉRCIO SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA, CNPJ: 29.997.833/0001-50, LOTE 11 - VEÍCULOS DE DUAS RODAS COM PROPULSÃO HUMANA COM ASSISTÊNCIA ELÉTRICA, valor total R\$ 1.218.800,00 (Hum milhão e trezentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais).
Itapeacérica da Serra, 16 de outubro de 2025. Felipe Geferson Seme Amed - Presidente Conisud.

000164

1-857
105720

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 04/2025

Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo - CONISUD, com sede na Rua Minas Gerais, nº 58, "sobrelija", Parque Paraíso, Itapeverica da Serra/SP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05031043/0001-58, neste ato representada por seu presidente Felipe Geferson Seme Amed, inscrito no CPF/MF sob o nº 254.327.818-40, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 06/2025, processo administrativo n.º 007/2025, **RESOLVE** registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de Veículos automotores, ambulâncias, Vans e motocicletas, em atendimento as necessidades dos municípios do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo - CONISUD, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
FORNECEDOR: LOUREIRO E FIGUEIREDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., com sede na Rua Sena Madureira, nº 136, Vila Clementino, São Paulo/SP. CEP 04.021-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.976.095/0001-06, neste ato representada por sua sócia Maria Eduarda Tenorio de Andrade Oliveira, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.048.134-76, fone: 81-99196.5354 / 81-3194.4012 / 81-3305.5519 e-mail: spvendasdiretas@pedragon.com.br eduarda@pedragon.com.br, conforme atos constitutivos da empresa

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	MARCA: CHEVROLET MODELO: ONIX 1.0 0 KM DESCRIÇÃO VEÍCULO HATCH Veículo Hatch 1.0 Flex Aspirado Ano /Modelo vigente Número de Cilindros: 3 cilindros. Motor com potência mínimo :80cv Gas. 82cv Etanol Largura: 1.731 Distância entre eixos mínimos: 2.550. Comprimento mínimo: 4.100 Altura mínima: 1.450. Porta Malas: 300 Litros Air Bag mínimo :06 - Duplo frontal / Lateral /Cortina Transmissão: Manual 6 velocidades Capacidade de combustível mínimo: 44 Litros Ar condicionado / Direção Elétrica / Trava elétrica das portas com acionamento na chave / Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiras, anti esmagamento / Alarme / Rádio AM/FM stereo, MP3/WMA player, bluetooth e entrada USB, Sistema de fixação de cadeiras para crianças ("Isofix e Top Tether") / Sistema de freios com ABS, ("EBD") e ("PBA") /Roda de aço aro 15 /Faróis de Milha/ Controlador de limite de velocidade/ Controle eletrônico de estabilidade e tração.	80	R\$ 107.730,00	R\$ 8.618.400,00
9	MARCA: CHEVROLET MODELO: SPIN 1.8 - 7 LUGARES DESCRIÇÃO: VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PASSEIROS	80	R\$ 164.890,00	R\$ 13.191.200,00

<p>Veículo Tipo MINIVAN – Marca/Modelo com 7 Lugares Ano/Modelo – 2025 - 0 km Opcionais : 7 lugares / 6 airbags (duplo frontal, duplo lateral, cortina) / Alarme Antifurto / Assistente de partida em aclave / Controle eletrônico de estabilidade e tração / Luzes indicadoras de direção laterais / Regulagem de altura dos faróis / Sistema de fixação de cadeiras para crianças ("Isofix e Top Tether") / Painel de instrumentos digital / Para-choques pintados na cor do veículo / Conjunto roda de aço e pneu sobressalente aro 16" / Trava elétrica da tampa de combustível / Chave tipo canivete dobrável / Coluna de direção com regulagem em altura / Limpador e lavador elétrico do vidro traseiro / Trava elétrica das portas com acionamento na chave / Vidro elétrico nas portas com acionamento, anti esmagamento e abertura / Fechamento automático pela chave / Banco do motorista com regulagem de altura / Banco da segunda fileira bipartido e rebatível / Banco da segunda fileira correção / Encostos de cabeça laterais e central do banco da segunda fileira / Encosto de cabeça dos bancos dianteiros com ajuste de altura / Molduras de proteção lateral na cor preta / Antena no Teto / Espelhos retrovisores externos elétricos na cor do veículo / Rack de teto / Câmera de ré digital / Controles de Rádio e do Celular no Volante / Multimídia , com Tela LCD sensível ao toque, integração com smartphones através do Android Auto e Apple CarPlay, Rádio AM/FM, Função Áudio Streaming / Conjunto de alto falantes - 4 unidades / Entrada USB dupla / Entrada USB dupla para o banco traseiro, apenas carregamento) / Luz de condução diurna em LED / Faróis dianteiros em LED / Lanterna em LED / Alerta de frenagem de emergência / Wi-Fi embarcado no veículo dispositivos eletrônicos / Transmissão automática de seis velocidades com opção de troca manual / Controlador de velocidade de cruzeiro com comandos no volante / Dutos de ar para o banco traseiro no console central / Roda de alumínio aro 16" / Bancos (tecido) / Acendimento automático dos faróis através de sensor crepuscular / Sensor de chuva com ajuste automático de intensidade / Sensor de estacionamento traseiro / Easy Start - Partida sem chave / Ar-condicionado digital automático. Capacidade porta malas com 7 lugares não inferior a 160lts.</p>			
--	--	--	--

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

O órgão gerenciador será o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO - CONISUD**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 05.031.043/0001-58, com sede na Rua Minas Gerais, n. 58, Pq. Paraíso, Itapeverica da Serra/SP, CEP 06.852-310, neste ato representado por seu presidente, Sr. Geferson Felipe Seme Amed, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 254.327.818-40, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa : **LOUREIRO E FIGUEIREDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, , com sede na Rua Sena Madureira, nº 136, Vila Clementino, São Paulo/SP. CEP 04.021-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.976.095/0001-06, neste ato representada por sua sócia Maria Eduarda Tenorio de Andrade Oliveira, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.048.134-76, fone: 81-99196.5354 / 81-3194.4012 / 81-3305.5519 e-mail: spvendasdiretas@pedragon.com.br eduarda@pedragon.com.br , conforme atos constitutivos da empresa, doravante denominada **FORNECEDORA**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e,

- Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.- NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e seus anexos.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Itapecerica da Serra, 13 de novembro de 2025

FELIPE GEFERSON SEME

AMED:25432781840

Assinado de forma digital por

FELIPE GEFERSON SEME

AMED:25432781840

Dados: 2025.11.14 12:01:28 -03'00'

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO
SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD
CONTRATANTE**

MARIA EDUARDA TENORIO

DE ANDRADE

OLIVEIRA:07404813476

Assinado de forma digital por

MARIA EDUARDA TENORIO DE

ANDRADE OLIVEIRA:07404813476

**LOUREIRO E FIGUEIREDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
CONTRATADA**



São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.

PROPOSTA DE PREÇO PARA ADESAO A ATA - PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.

Prezados Senhores,

Pela presente, LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA (PEDRAGON), apresenta a Vossa Senhoria nossa Proposta Comercial referente ao Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de Veículos automotores, em atendimento às necessidades dos municípios do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo - CONISUD, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificações	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
9	MARCA: CHEVROLET MODELO: SPIN 1.8 – 7 LUGARES Veículo Tipo MINIVAN– Marca/Modelo com 7 Lugares Ano/Modelo –2025 - 0 km Opcionais : 7 lugares / 6 airbags (duplo frontal, duplo lateral, cortina)/ Alarme Antifurto / Assistente de partida em aclave / Controle eletrônico de estabilidade e tração / Luzes indicadoras de direção laterais / Regulagem de altura dos faróis / Sistema de fixação de cadeiras para crianças ("Isofix e Top Tether") / Painel de instrumentos digital / Para-choques pintados na cor do veículo / Conjunto roda de aço e pneu sobressalente aro 16" / Trava elétrica da tampa de combustível / Chave tipo canivete dobrável / Coluna de direção com regulagem em altura / Limpador e lavador elétrico do vidro traseiro / Trava elétrica das portas com acionamento na chave / Vidro elétrico nas portas com acionamento, anti esmagamento e abertura / Fechamento automático pela chave / Banco do motorista com regulagem de altura / Banco da segunda fileira bipartido e rebatível / Banco da segunda fileira correção / Encostos de cabeça laterais e central do banco da segunda fileira / Encosto de cabeça dos bancos dianteiros com ajuste de altura / Molduras de proteção lateral na cor preta / Antena no Teto / Espelhos retrovisores externos elétricos na cor do veículo / Rack de teto / Câmera de ré digital / Controles de Rádio e do Celular no Volante / Multimídia , com Tela LCD sensível ao toque, integração com smartphones através do Android Auto e Apple CarPlay, Rádio AM/FM, Função Áudio Streaming / Conjunto de	80	164.890,00	13.191.200,00

R. SENA MADUREIRA, nº 136, LETRA 146 – VILA CLEMENTINO - CEP 04.021-000 – SÃO PAULO/SP
SITE: WWW.PEDRAGON.COM.BR – E-MAIL: SPVENDASDIRETAS@PEDRAGON.COM.BR

000172



<p>alto falantes - 4 unidades / Entrada USB dupla / Entrada USB dupla para o banco traseiro, apenas carregamento) / Luz de condução diurna em LED / Faróis dianteiros em LED / Lanterna em LED / Alerta de frenagem de emergência / Wi-Fi embarcado no veículo dispositivos eletrônicos / Transmissão automática de seis velocidades com opção de troca manual / Controlador de velocidade de cruzeiro com comandos no volante / Dutos de ar para o banco traseiro no console central / Roda de alumínio aro 16" / Bancos (tecido) / Acendimento automático dos faróis através de sensor crepuscular / Sensor de chuva com ajuste automático de intensidade / Sensor de estacionamento traseiro / Easy Start - Partida sem chave / Ar-condicionado digital automático. Capacidade porta malas com 7 lugares não inferior a 160lts.</p> <p>Motor: 1.8 Capacidade do Porta Malas: 5 Lugares 710l. Capacidade do Porta Malas: 7 Lugares 162l. Tanque de Combustível 53 Litros Potência de 106 CV (G) e 111 CV (A) Comprimento do veículo: 4.416 mm Largura: 1.735 mm Altura: 1.609 mm Cilindros: 4 em linha Rodas: 16" Pneus: 205/60 R16</p>			
--	--	--	--

Item 9:

Valor Unitário: R\$ 164.890,00 (Cento e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa reais).

Valor Total: R\$ 13.191.200,00 (treze milhões, cento e noventa e um mil e duzentos reais), para aquisição de 80 (oitenta) veículos tipo SUV/ MINIVAN.

Concordamos com todas as especificações do Edital.

Validade da Proposta: 1.37.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

Declaramos que:

- o produto ofertado e que será entregue, atende integralmente às especificações exigidas no Anexo I.
- o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro;

2. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

2.1. O fornecimento do objeto se dará nas condições previstas no Termo de Referência.

2.2. A empresa vencedora somente fornecerá o objeto ora licitado mediante solicitação através de Empenho ou Ordem de Fornecimento, emitida pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, no local indicado e

R. SENA MADUREIRA, nº 136, LETRA 146 – VILA CLEMENTINO - CEP 04.021-000 – SÃO PAULO/SP
SITE: WWW.PEDRAGON.COM.BR – E-MAIL: SPVENDASDIRETAS@PEDRAGON.COM.BR

000173



no prazo de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias úteis.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

DADOS DA EMPRESA

Empresa: LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO E VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 40.976.095/0001-06

END: R. SENA MADUREIRA, nº 136, LETRA 146 – VILA CLEMENTINO – SÃO PAULO/SP

CEP: 04.021-000

INSC. MUNICIPAL: 6.860.148-4

INSC. ESTADUAL: 130.692.338.110

FONE/FAX: (81) 991965354

E-MAIL: spvendasdiretas@pedragon.com.br ou vendasgoverno@pedragon.com.br

DADOS DO RESPONSÁVEL P/ ASSINATURA DO CONTRATO

Nome: MARIA EDUARDA TENÓRIO DE ANDRADE OLIVEIRA

Cargo: CONSULTORA DE VENDAS

RG: 7.533.823 SDS/PE

CPF: 074.048.134-76

Profissão: ADMINISTRADOR

Nacionalidade: BRASILEIRO

Estado civil: SOLTEIRA

End: RESIDENTE NA CIDADE DO RECIFE/PE

DADOS BANCÁRIOS

BANCO DO BRASIL, AG: 3433-9, CC 7088-2

MARIA EDUARDA

TENORIO DE ANDRADE

OLIVEIRA:07404813476

Assinado de forma digital

por MARIA EDUARDA

TENORIO DE ANDRADE

OLIVEIRA:07404813476

LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ 40.976.095/0001-06

Maria Eduarda Tenório De Andrade Oliveira

Consultora de Vendas Frotista/Governo

RG nº 7533823 SDS/PE

CPF nº 074.048.134-76

R. SENA MADUREIRA, nº 136, LETRA 146 – VILA CLEMENTINO - CEP 04.021-000 – SÃO PAULO/SP

SITE: WWW.PEDRAGON.COM.BR – E-MAIL: SPVENDASDIRETAS@PEDRAGON.COM.BR

000174



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 40.976.095/0001-06 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/02/2021
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PEDRAGON	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados 45.12-9-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores 45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores 45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R SENA MADUREIRA	NÚMERO 136	COMPLEMENTO LETRA 146
---------------------------------------	----------------------	---------------------------------

CEP 04.021-000	BAIRRO/DISTRITO VILA CLEMENTINO	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
--------------------------	---	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO PEDRAGON.SP@PEDRAGON.COM.BR	TELEFONE (11) 5430-6000
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/02/2021
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/01/2026** às **10:57:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

000175

**Consulta Pública ao Cadastro
ICMS****Cadastro de Contribuintes de
ICMS - Cadesp**

Código de controle da consulta: 48700799-c4d9-40ff-aeaf-7d341fbc32f3

Estabelecimento	
IE: 130.692.338.110	
CNPJ: 40.976.095/0001-06	
Nome Empresarial: LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	
Nome Fantasia: PEDRAGON	
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada	
Endereço	
Logradouro: RUA SENA MADUREIRA	
Nº: 136	Complemento: LETRA 146
CEP: 04.021-000	Bairro: VILA CLEMENTINO
Município: SAO PAULO	UF: SP
Informações Complementares	
Situação Cadastral: Ativo	Data da Situação Cadastral: 24/02/2021
Ocorrência Fiscal: Ativa	Posto Fiscal: PFC-10 - BUTANTÃ
Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO	
Atividades Econômicas:	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
Informações NF-e	
Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 25/02/2021	

000176

[Voltar](#)

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 4.51.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

000177



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal da Fazenda

Departamento de Cadastros

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 40.976.095/0001-06

C.C.M: 6.860.148-4

Contribuinte : LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Pessoa Jurídica : Comum
Tipo de unidade : Produtiva
Endereço : R SENA MADUREIRA 136 LETRA 146
Bairro : VILA CLEMENTINO
CEP : 04021-000
Telefone : (81) 3194-4002
Início de Funcionamento : 24/02/2021
Data de Inscrição : 01/03/2021
CCM Centralizador : Não consta
Tipo de Endereço : Comercial
Nro. do Contribuinte de IPTU : 037.056.0107-5
Última Atualização Cadastral : 19/09/2024
Credenciamento DEC : 01/03/2021 (Consulta Pública de Credenciamento)

CNAE			
Código	Descrição	Tipo	Data Início
4511-1/01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	Principal	24/02/2021
4511-1/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	Secundário	24/02/2021
4512-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	Secundário	24/02/2021
4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	Secundário	24/02/2021
4520-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	Secundário	24/02/2021
4520-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	Secundário	24/02/2021
4530-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	Secundário	24/02/2021
7490-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	Secundário	19/10/2021



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal da Fazenda

Departamento de Cadastros

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 40.976.095/0001-06

C.C.M: 6.860.148-4

Código(s) de tributo(s)				
Código	Data de Início	Tributo	Alíquota do Imposto	Qtd.Anúncios
6009	24/02/2021	ISS	5	
6173	19/10/2021	ISS	5	
6297	19/10/2021	ISS	5	
6298	19/10/2021	ISS	5	
6299	01/01/2022	ISS	2	
6301	01/01/2022	ISS	2	
6302	01/01/2022	ISS	2	
6303	01/01/2022	ISS	2	
7285	24/02/2021	ISS	5	
7455	24/02/2021	ISS	5	
7471	24/02/2021	ISS	5	
7498	19/10/2021	ISS	5	
7676	19/10/2021	ISS	5	
31402	24/02/2021	TFE	-	

Expedida em 13/02/2026 via Internet com base na Portaria SF nº 018/2004, de 25 de março de 2004.

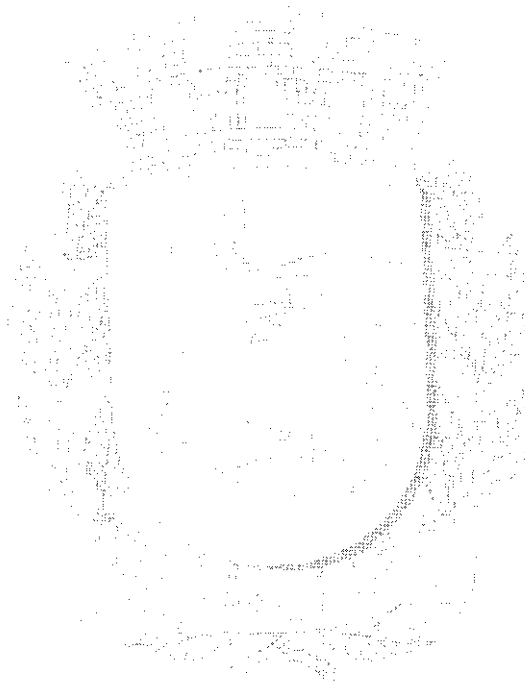
A Ficha de Dados Cadastrais (FDC) tem os mesmos efeitos da Declaração Cadastral, informando a condição cadastral mobiliária do contribuinte perante a municipalidade (ativo ou cancelado), além de outros dados cadastrados no órgão fiscal emissor do presente documento, sendo válida por 3 meses a contar da data de emissão.

Código para verificação de autenticidade: **m7NCo9x6**
Data de validade: **13/05/2026**

Número do Contribuinte: 40.976.095/

Nome do Contribuinte: LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Não consta imóvel cadastrado em nome de: LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA -
CPF/CNPJ Raiz: 40.976.095/



Certidão emitida via internet com base na Portaria SF nº 04 de 05 de janeiro de 2012.
Prazo de validade de 06(seis) meses a partir da data de sua liberação com base na Portaria SF nº 04 de 05 de janeiro de 2012.
Certidão emitida às 11:34:19 horas do dia 21/01/2026 (hora e data de Brasília).

Código de autenticidade: 58AB0F3C

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda>.

Qualquer rasura invalidará este documento.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 2221490 - 2025

CPF/CNPJ Raiz: 40.976.095/

Contribuinte: LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Liberação: 03/12/2025

Validade: 01/06/2026

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento - TLI
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 6.860.148-4- Início atv :01/03/21 (R SENADOR ALMEIDA, 136 - CEP: 04021-000)
CCM 6.875.889-8- Início atv :11/03/21 (R COMENDADOR MIGUEL CALFAT, 35 - CEP: 04537-080)
CCM 1.883.990-8- Início atv :03/07/25 (AV MORUMBI, 7816 - CEP: 04703-000)
CCM 7.409.010-0- Início atv :04/08/22 (AV PRF FRANCISCO MORATO, 5012 - CEP: 05520-300)
CCM 7.978.431-3- Início atv :21/03/21 (AV MORUMBI, 7816 - CEP: 04703-000)
CCM 7.046.408-1- Início atv :27/03/21 (R ACAETAVA, 32 - CEP: 04705-010)
CCM 7.072.014-2- Início atv :24/09/21 (AV STO AMARO, 960 - CEP: 04506-001)
CCM 6.904.551-8- Início atv :15/04/21 (AV DOS BANDEIRANTES, 2533 - CEP: 04553-012)
CCM 6.926.038-9- Início atv :06/05/21 (AV MORUMBI, 7816 - CEP: 04703-000)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:02:32 horas do dia 03/12/2025 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 64FB5990

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

000181



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 40.976.095/0001-06

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 26011018602-60

Data e hora da emissão 17/01/2026 09:39:14

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio
www.pfe.fazenda.sp.gov.br



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 40.976.095

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº

78911029

Data e hora da emissão

09/02/2026 11:28:52

Validade

30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Folha 1 de 1

(hora de Brasília)

000183